

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. “A análise jurídica deve ser redigida com rigor técnico e, por isso, terá linguagem formal e termos próprios da ciência jurídica. Em paralelo, o parecer será lido e precisará ser entendido por pessoas que não têm formação jurídica. A redação em linguagem simples é uma ferramenta para que os agentes públicos sem formação jurídica e os cidadãos possam compreender a informação presente em uma análise jurídica e utilizar este conhecimento.” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar:

(a) a análise jurídica pode ser redigida em linguagem informal, desde que mantenha o rigor técnico.

(b) o parecer jurídico se destina somente às pessoas com formação jurídica.

(c) o rigor técnico é incompatível com a linguagem simples.

(d) A linguagem simples possibilita que pessoas sem formação jurídica compreendam os pareceres jurídicos.

2. “A escolha das palavras é essencial para um texto em linguagem simples. Siglas, jargões e termos técnicos devem ser evitados pois são termos que estão restritos a um determinado público. Exemplo: trocar “LINDB” por “Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro”; trocar “causídico” por “advogado”. Menos é mais: escolher o menor número de palavras possíveis; entre duas palavras, escolher a mais precisa e, se possível, a mais simples e a menor. Usar a voz ativa e frases curtas que expressam uma única ideia. Exemplo: ao invés de escrever “cópias reprográficas foram solicitadas pelo patrono do acusado, o que foi de ferido pela administração”, redija “O advogado do acusado solicitou cópias do processo. A administração entregou os documentos” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar que:

(a) A escolha de palavras é importante para que um texto possa ser mais bem compreendido.

(b) É necessário sempre usar o maior número de palavras para facilitar o entendimento do leitor.

(c) A voz passiva é mais adequada à redação jurídica.

(d) O uso de siglas e jargões reduz o texto e aumento a sua simplicidade para o leitor.

3. Ainda sobre o texto acima, assinale a frase que é mais aderente às suas ideias:

(a) O diploma legislativo que regula o direito adjetivo pátrio é o CPC/2015.

(b) O Código de Processo Civil de 2015 é a lei que trata do direito processual civil.

(c) A lei adjetiva do direito nacional é o CPC de 2015.

(d) A legislação processual brasileira está no compêndio de 2015.

4. Leia o texto a seguir:

Nos últimos anos, o debate sobre sustentabilidade ganhou espaço em diferentes setores da sociedade. Empresas passaram a divulgar campanhas ambientais, governos anunciaram metas de redução de impactos climáticos e parte da população começou a demonstrar maior preocupação com o consumo consciente. Entretanto, apesar desse discurso amplamente difundido, muitos hábitos cotidianos continuam contribuindo para o desperdício de recursos naturais e para o aumento da poluição ambiental. Em diversas situações, percebe-se que a defesa da preservação ambiental permanece restrita ao discurso, sem que haja mudanças significativas nas práticas individuais e coletivas. A crítica presente no texto refere-se:

(a) à ausência de políticas públicas ambientais.

(b) à incoerência entre discurso e prática.

(c) à redução do consumo sustentável.

(d) à falta de acesso à informação ambiental.

5. Leia o texto a seguir:

“Nos últimos anos, a facilidade de acesso às redes sociais modificou profundamente a forma como as pessoas se informam. Entretanto, a velocidade na circulação das notícias nem sempre é acompanhada da verificação da veracidade das informações, o que contribui para a disseminação de conteúdos enganosos.”

A principal crítica presente no texto refere-se:

(a) ao excesso de usuários nas redes sociais.

(b) à falta de acesso à informação nos meios digitais.

(c) à divulgação acelerada de informações sem verificação adequada.

(d) ao abandono dos meios tradicionais de comunicação.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas segundo a norma-padrão:

(a) juízes, caráter, hífen, ideia.

(b) juizes, carater, hífen, idéia.

(c) juízes, caráter, hífen, idéia.

(d) juizes, caráter, hífen, ideia.

7. Assinale a alternativa em que a concordância está correta:

(a) Fazem três anos que o projeto foi implementado.

(b) Seguem anexo os documentos solicitados pela comissão.

(c) Havia muitos candidatos aptos para a segunda fase.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS  
DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(d) Mais de um servidor apresentaram recurso administrativo.

8. "O diretor informou aos servidores o resultado da auditoria." O termo "aos servidores" é:

- (a) objeto direto.
- (b) objeto indireto.
- (c) complemento nominal.
- (d) adjunto adverbial.

9. Assinale a alternativa correta:

- (a) O servidor, apresentou os documentos ontem.
- (b) Quando terminou a audiência, os advogados saíram rapidamente.
- (c) O juiz afirmou que, analisaria o recurso.
- (d) Os candidatos aprovados, compareceram ao setor.

10. Assinale a alternativa correta:

- (a) O Procurador responsável pelo caso informou que haveria recurso.
- (b) O Procurador responsável pelo caso, informou que haveria recurso.
- (c) O Procurador responsável, pelo caso informou que haveria recurso.
- (d) O Procurador responsável pelo caso informou, que haveria recurso.

## FARMÁCIA

11. Um paciente diagnosticado com hipertensão arterial sistêmica é acompanhado regularmente pela Unidade Básica de Saúde de seu município. Durante o acompanhamento, recebe orientações sobre alimentação saudável e prática de atividade física, realiza consultas periódicas, recebe medicamentos da farmácia do SUS e, quando necessário, é encaminhado para atendimento com especialista e realização de exames complementares. A situação descrita representa a aplicação de qual princípio do Sistema Único de Saúde (SUS)?

- (a) Regionalização
- (b) Hierarquização
- (c) Descentralização
- (d) Integralidade

12. A Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito fundamental. Nesse contexto, a assistência farmacêutica constitui importante instrumento para efetivação do direito à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando a organização da assistência farmacêutica no SUS e a responsabilidade dos entes federativos, assinale a alternativa correta:

(a) A responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos no SUS pertence exclusivamente à União.

(b) A assistência farmacêutica integra o direito à saúde e sua execução ocorre de forma compartilhada entre União, estados e municípios.

(c) Os municípios não possuem responsabilidade relacionada à dispensação de medicamentos no SUS.

(d) O acesso a medicamentos no SUS depende de contribuição financeira prévia do usuário ao sistema público de saúde.

13. A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) constitui instrumento da assistência farmacêutica no SUS. Sobre a RENAME, assinale a alternativa correta:

(a) A RENAME funciona como referência nacional, porém sua utilização pelos estados e municípios é facultativa.

(b) A inclusão de medicamentos na RENAME ocorre prioritariamente em razão do impacto financeiro do tratamento, independentemente de evidências científicas sobre eficácia e segurança.

(c) A RENAME orienta a seleção e a padronização de medicamentos no âmbito do SUS, servindo de referência para atuação da União, dos estados e dos municípios na assistência farmacêutica.

(d) A RENAME abrange, predominantemente, medicamentos de média e alta complexidade, não contemplando medicamentos utilizados na atenção básica.

14. Uma empresa farmacêutica requer a incorporação de um novo medicamento oncológico ao SUS, alegando que estudos demonstram superioridade em relação ao tratamento existente. Nos termos da Lei nº 12.401/2011, que alterou a Lei nº 8.080/1990, a incorporação de tecnologias ao SUS exige:

(a) Aprovação exclusiva pelo Ministério da Saúde, por ato discricionário do ministro, sem necessidade de avaliação técnica prévia.

(b) Custo necessariamente inferior ao tratamento já disponível no SUS, sendo o critério econômico o principal parâmetro de avaliação.

(c) Avaliação pela CONITEC, que analisará as evidências científicas de eficácia, efetividade e segurança, além da avaliação econômica comparativa dos benefícios e custos em relação às tecnologias já incorporadas.

(d) Prescrição por, ao menos, 50% dos oncologistas credenciados ao SUS, comprovando a aceitação clínica do medicamento.

15. Um médico prescreve um medicamento para um paciente com artrite reumatoide. A bula aprovada

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS  
DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

pela ANVISA indica o medicamento apenas para neoplasias e psoríase grave. O paciente requer o fornecimento pelo SUS. O uso do medicamento na situação descrita, denominado uso *off-label*, é corretamente caracterizado por:

(a) Ser expressamente proibido pela legislação brasileira, sujeitando o médico prescritor à responsabilidade penal imediata por receitar medicamento fora das indicações aprovadas.

(b) Ser prática possível na medicina, com base em evidências científicas e ética médica.

(c) Gerar responsabilidade objetiva do Estado, obrigando o SUS a fornecer o medicamento sempre que prescrito por médico do sistema público.

(d) Ser permitido para uso em pacientes oncológicos, sendo vedado para doenças autoimunes como a artrite reumatoide, ainda que haja evidências científicas favoráveis.

16. Em ensaio clínico controlado randomizado de fase III, um novo antidiabético obteve redução de HbA1c de 1,5% em 52 semanas de acompanhamento em condições metodologicamente rigorosas. Na prática clínica, após 2 anos de uso, estudos de mundo real mostram redução de 0,9%. Os termos que descrevem CORRETAMENTE os resultados do ensaio clínico e os da prática real são, respectivamente:

(a) Eficácia e efetividade — a eficácia mede resultados em condições controladas; a efetividade mede resultados na prática clínica real, com população heterogênea e variáveis não controladas.

(b) Efetividade e eficácia — a efetividade sempre supera a eficácia, pois reflete condições ideais de tratamento monitorado.

(c) Eficiência e segurança — conceitos que avaliam o custo da intervenção e a ausência de efeitos adversos, respectivamente.

(d) Custo-efetividade e custo-utilidade — parâmetros exclusivos de análise econômica, sem relação com desfechos clínicos

17. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso racional de medicamentos ocorre quando:

(a) O paciente recebe o medicamento de maior eficácia disponível no mercado, independentemente de seu custo ou do período de tratamento necessário.

(b) O farmacêutico substitui a prescrição de medicamento de referência pelo genérico de menor custo disponível na farmácia.

(c) O médico prescreve os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

(d) Os pacientes recebem medicamentos apropriados para suas necessidades, em doses adequadas, pelo período de tempo necessário e ao menor custo possível para si e para a comunidade.

18. Um estudante de Farmácia, durante estágio na assistência farmacêutica municipal, observou que determinado medicamento apresentou aumento significativo de consumo nos últimos meses. O farmacêutico responsável informou que seria necessário estimar a quantidade a ser adquirida para evitar desabastecimento da rede pública. No ciclo da assistência farmacêutica, essa atividade corresponde à etapa de:

(a) seleção.

(b) armazenamento.

(c) programação.

(d) dispensação.

19. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) desempenha importante papel na regulação sanitária brasileira. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma competência da ANVISA:

(a) Registrar e fiscalizar medicamentos no território nacional.

(b) Elaborar leis estaduais sobre saúde pública.

(c) Julgar ações judiciais relacionadas a medicamentos.

(d) Executar exclusivamente ações de vigilância epidemiológica.

20. Quando dois ou mais medicamentos são administrados concomitantemente a um paciente e um deles modifica a intensidade ou a duração do efeito do outro, ocorre um evento classificado como:

(a) Efeito colateral.

(b) Interação medicamentosa.

(c) Idiosincrasia.

(d) Reação adversa